



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 2

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)





EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 2

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas 2

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: David Emanuel Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E64 Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas 2 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-852-6

DOI 10.22533/at.ed.526210803

1. Epistemologia. 2. Ciências Humanas. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 121

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A obra apresenta pesquisas em andamento e concluídas em diversas regiões do Brasil, como Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Roraima, Amazonas e São Paulo, além de uma pesquisa em Córdoba, trazendo amplas discussões sobre os mais diversos temas: educação, geografia agrária, gênero, saúde, higiene, moda, direito e religião.

O segundo volume traz pesquisas principalmente nas áreas de educação, gênero e religião. Do capítulo 1 ao 7 temos textos que discutem a educação brasileira em diversos aspectos: a alfabetização não escolar (Capítulo 1), o papel do coordenador pedagógico na educação infantil (Capítulo 2), as políticas de expansões das Instituições de Ensino Superior (IFEs) no capítulo 3.

Os capítulos 7 e 8 fazem a ligação deste tema com pesquisas dedicadas à temática gênero, trazendo discussões sobre uma educação voltada à sexualidade e de uma educação inclusiva a partir da problematização do conceito de gênero.

O capítulo 9 é dedicado ao estudo da presença feminina nas Forças Armadas. Temos também um capítulo dedicado à abordagem da construção da identidade profissional de gestoras (capítulo 10), a saúde de mulheres lésbicas e bissexuais inviabilizadas na medicina (Capítulo 11). O capítulo 12 por sua vez traça uma historicidade da homossexualidade desde a pré-história problematizando as interpretações a respeito do termo.

Do capítulo 13 em diante temos discussões mais próximas da religião com pesquisas que problematizam o gênero e a religião como marcadores históricos (Capítulo 13), o aconselhamento pré-nupcial (Capítulo 14), a iconoclastia da religião ocidental a partir de Gilbert Durant (Capítulo 15) e a educação cristã segundo a *Divini Illius Magistri* (Capítulo 16).

O volume II da obra “Epistemologia e Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas 2” conclui com um capítulo de autoria de Ana Paula Dias e Isamara Freire a respeito da modelagem contemporânea e as técnicas de tricô a partir de lã reciclada e fios 100% de lã voltadas ao vestuário feminino.

O terceiro volume é dedicado a temas mais diversificados, trazendo pesquisas nas áreas de ciências agrárias e geografia, história (patrimônio, urbano) e saúde (corpolatria, enfermagem, medicina).

O primeiro capítulo dedica-se a explorar as políticas públicas na agricultura camponesa, já o segundo trata da recamponização no Vale do Jauri. Também encontramos um capítulo dedicado à explorar o cultivo monocultural (plantio de uma só cultura) transgênica, fundamentado nas discussões de Capra e Morin.

O capítulo 4 por sua vez, de autoria de Rogério da Silveira, aborda novos métodos de pensar a gestão metropolitana. Em seguida temos uma discussão sobre interdisciplinaridade no campo da economia política a partir da epistemologia da palavra.

O capítulo 6 demonstra o compromisso da Atena Editora em estabelecer relações internacionais, um texto em língua estrangeira (espanhol) dedicado à exploração da fronteira interétnica no sul de Córdoba, dos autores argentinos Ernesto Olmedo e Marcela Tamagnini.

O capítulo 7, Tensões entre governo e terceiro setor no Brasil - uma análise do discurso midiático aborda as políticas públicas que envolvem o 3º setor.

O oitavo capítulo do livro dedica-se ao estudo da integração da América do Sul e o meio ambiente na região amazônica por meio de um método qualitativo bibliográfico-documental para analisar as construções das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, em Roraima.

Os capítulos 9 a 11 abordam discussões sobre a preservação do espaço urbano, um versa sobre o edifício Caiçara em Recife, outro trata dos jardins românticos do início do século passado na cidade de Vitória, especificamente o parque Moscoso e a praça João Clímaco e o último retrata a paisagem urbana nas construções do entorno da Escola Técnica de São Paulo.

O capítulo 12 e 13 tratam de pesquisas desenvolvidas no Rio de Janeiro, porém com recortes temporais e espaciais diferentes. Enquanto um trata de uma pesquisa sobre as tradições medicinais da comunidade quilombola de Cruzeiroinho (Rio de Janeiro), outra trata da higiene pública na cidade de Rio de Janeiro à época do Império, por meio de uma pesquisa histórico documental.

Os capítulos seguinte investigam questões relacionadas à saúde. Em “Os riscos ergonômicos no cotidiano das equipes de enfermagem” e “Resistência emocional e empoderamento no salvar vidas: experiências de um enfermeiro emergencista no SAMU”, podemos ler pesquisas que problematizam e relatam a importância da enfermagem, capítulos altamente atrelados ao atual momento de enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19.

O penúltimo capítulo da obra trata dos padrões de beleza reforçados pelas mídias digitais com foco nos conceitos de Corpolatria e refletindo sobre as Histórias em Quadrinhos (HQs) da Turma da Mônica e as representações do corpo nesta mídia específica.

O último capítulo da obra trata da surdez unilateral trazendo embasamentos jurídicos sobre o assunto.

Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

NARRATIVAS DE MIGRANTES: EXPERIÊNCIA DE ALFABETIZAÇÃO “NÃO ESCOLAR”

Zulmira Ferreira de Jesus Cacemiro

Valdilene Zanette Nunes

DOI 10.22533/at.ed.5262108031

CAPÍTULO 2..... 18

UMA ABORDAGEM DO PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO E SUAS ATRIBUIÇÕES NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Suely Cristina Soares da Gama

Kleide Ferreira de Jesus

DOI 10.22533/at.ed.5262108032

CAPÍTULO 3..... 33

A ATUAÇÃO DA BUROCRACIA DE MÉDIO DE ESCALÃO NA CONSECUÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO POLÍTICA DE EXPANSÃO DAS IFES NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Andreza dos Santos Sousa

DOI 10.22533/at.ed.5262108033

CAPÍTULO 4..... 56

CBAI E OS AGENTES DO ENSINO INDUSTRIAL (1946 A 1963)

Nívea Maria Teixeira Ramos

José Geraldo Pedrosa

DOI 10.22533/at.ed.5262108034

CAPÍTULO 5..... 69

COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO: INTRODUÇÃO METODOLÓGICA

Adelcio Machado dos Santos

Rubens Luís Freiburger

Daniel Tenconi

Danielle Martins Leffer

Alisson André Escher

DOI 10.22533/at.ed.5262108035

CAPÍTULO 6..... 77

DA DOCILIZAÇÃO À MIMESE: AS INICIATIVAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO MECANISMOS DE ADAPTAÇÃO À CONCEPÇÃO NEUROLÓGICA DA MODERNIDADE À ECONOMIA 4.0

José Rodrigo Paprotzki Veloso

DOI 10.22533/at.ed.5262108036

CAPÍTULO 7..... 90

EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE NA ESCOLA: A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DIÁLOGICO E A PRODUÇÃO DE SENTIDOS SUBJETIVOS

Pedro Raimundo Mathias de Miranda

José Moysés Alves

DOI 10.22533/at.ed.5262108037

CAPÍTULO 8..... 101

“COISA DE MENINO, COISA DE MENINA”: O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO COMO BASE PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Fábio Peron Carballo

DOI 10.22533/at.ed.5262108038

CAPÍTULO 9..... 116

MULHERES, FORÇAS ARMADAS E GÊNERO: BREVES NOTAS SOBRE POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Rafael Normando Miranda Morais

André Luiz Machado das Neves

Juliana Maria Duarte Marques

DOI 10.22533/at.ed.5262108039

CAPÍTULO 10..... 131

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL: ESTUDO COM GESTORAS DAS GERAÇÕES *BABY BOOMERS*, X E Y

Marlene Catarina de Oliveiras Lopes Melo

Vilma Santos Pereira de Faria

Ana Lúcia Magri Lopes

DOI 10.22533/at.ed.52621080310

CAPÍTULO 11..... 149

A SEXUALIDADE DE CORPOS INVISIBILIZADOS PELAS REPRESENTAÇÕES MÉDICAS: COMO PROMOVER A SAÚDE DE MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS DIANTE DESSE CONTEXTO?

Beatriz Silva Matos

Luana Ferreira Botelho

Preciliana Barreto de Moraes

Rosendo Freitas de Amorim

Amanda Sousa Felix

Breno Igor Medeiros Freitas

Bruna Maria Costa Gomes

Luany de Queiroz da Silva

Antônio Fábio Macedo de Sousa

Clara da Silva Soares

DOI 10.22533/at.ed.52621080311

CAPÍTULO 12..... 159

HOMOSSEXUALIDADE: DAS RAÍZES PRÉ-HISTÓRICAS ÀS NOVAS LUTAS IDENTITÁRIAS DE RECONHECIMENTO

Lucas Ramos Ruas

Maria de Fátima Araújo Di Gregório

DOI 10.22533/at.ed.52621080312

CAPÍTULO 13	166
RELIGIÃO E GÊNERO: UM BREVE RELATO DA RELAÇÃO ENTRE ESTES MARCADORES NA HISTÓRIA	
Ana Margareth Manique de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.52621080313	
CAPÍTULO 14	177
ACONSELHAMENTO PRÉ-NUPCIAL: UMA PROPOSTA PASTORAL SOB O PONTO DE VISTA DA MORAL ÉTICA E DOS DIREITOS HUMANOS	
Samuel Sanches	
DOI 10.22533/at.ed.52621080314	
CAPÍTULO 15	184
A ICONOCLASTIA DA RELIGIÃO OCIDENTAL: UM PARADOXO DO IMAGINÁRIO SEGUNDO GILBERT DURAND	
Carlos André Macêdo Cavalcanti	
José Herculano Filho	
DOI 10.22533/at.ed.52621080315	
CAPÍTULO 16	192
A EDUCAÇÃO CRISTÃ SEGUNDO A ENCÍCLICA <i>DIVINI ILLIUS MAGISTRI</i>	
Maximiliano Gonçalves da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.52621080316	
CAPÍTULO 17	205
CORRELAÇÕES ENTRE MODELAGEM CONTEMPORÂNEA E AS TÉCNICAS DE TRICÔ PARA O VESTUÁRIO FEMININO	
Ana Paula Dias	
Isamara Freire	
DOI 10.22533/at.ed.52621080317	
SOBRE A ORGANIZADORA	215
ÍNDICE REMISSIVO	216

CAPÍTULO 2

UMA ABORDAGEM DO PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO E SUAS ATRIBUIÇÕES NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 05/01/2021

Suely Cristina Soares da Gama

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB),
Campo Grande/MS
<http://lattes.cnpq.br/5384106847793564>

Kleide Ferreira de Jesus

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB),
Campo Grande/MS
<http://lattes.cnpq.br/8550013551935321>

RESUMO: A Educação Infantil é considerada um direito da criança de zero a seis anos de idade desde a Constituição de 1988 e a primeira etapa da Educação Básica desde a Lei 9394/96. Nesse contexto, aqui se tem bebês e crianças pequenas, convivendo em espaços coletivos, considerados como instituições de ensino ou educacionais, que fazem parte dos Sistemas de Ensino, mas que precisam ser mantidos íntegros, no sentido de garantir as especificidades dessa etapa educacional e, ainda, estar organizado de forma que as crianças possam ter seus aprendizados garantidos, vivendo as suas infâncias em plenitude. Assim sendo, o referencial teórico escolhido, teve o viés na Educação a Educação Infantil, analisando como a infância é abordada nesse espaço que é a creche, de que forma o processo de ensino aprendizagem na educação infantil, tem sido garantido sendo preservado aquilo que é primordial para a sua constituição de criança, e aqui, garantindo a sua infância.

Consultamos também as Diretrizes da Educação Infantil, o Plano Nacional de Educação e a LDBEN N. 9.394/1996 que trazem discussões sobre a educação, educação infantil. O trabalho aqui proposto, foi desenvolvido a partir de uma pesquisa essencialmente bibliográfica, qualitativa, elaborada com materiais já publicados, constituídos principalmente de consultas a livros, material disponibilizado na Internet e bibliografia de autores que possuam obras relacionadas ao objeto de estudo. Neste artigo colocamos em evidência alguns aspectos importantes sobre a educação Infantil, enfatizando, o papel do coordenador pedagógico e suas atribuições. O objetivo central foi à abordagem teórica do papel do coordenador dos Ceinfs. Sendo que a educação infantil e o coordenador nos Ceinfs produzem diversas significações, desde um espaço de descobertas sobre o próprio mundo, por dos seus afazeres e sua relação da sua comunidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, Educação Infantil, Coordenação, Aprendizagem.

AN APPROACH TO THE ROLE OF THE PEDAGOGICAL COORDINATOR AND ITS ASSIGNMENTS AT THE CHILD EDUCATION CENTER

ABSTRACT: Early Childhood Education is considered a right of children from zero to six years of age since the 1988 Constitution and the first stage of Basic Education since Law 9394/96. In this context, here we have babies and young children, living in collective spaces, considered as educational or educational institutions, which are part of the Teaching Systems, but which need

to be kept intact, in order to guarantee the specificities of this educational stage and, also, be organized in a way that children can have their learning guaranteed, living their childhoods to the full. Therefore, the theoretical framework chosen, had a bias in Early Childhood Education, analyzing how childhood is approached in this space that is the daycare center, in which way the process of teaching and learning in early childhood education has been guaranteed, preserving what is essential for your constitution as a child, and here, guaranteeing your childhood. We also consulted the Early Childhood Education Guidelines, the National Education Plan and LDBEN N. 9.394 / 1996 which bring discussions about education, early childhood education. The work proposed here, was developed from an essentially bibliographic, qualitative research, elaborated with materials already published, constituted mainly of consultations to books, material made available on the Internet and bibliography of authors that have works related to the object of study. It highlights some important aspects about early childhood education, emphasizing the role of the pedagogical coordinator and his / her duties. The central objective was the theoretical approach to the role of the Ceinfs coordinator. Since early childhood education and the coordinator at Ceinfs produce several meanings, from a space for discoveries about the world itself, through their chores and their community relationship.

KEYWORDS: Education, Early Childhood Education, Coordination, Learning.

1 | INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de algumas reflexões sobre minha prática como professora, coordenadora e de minhas inquietações e inconformidade com algumas situações do cotidiano escolar. A função do coordenador pedagógico surgiu com as transformações na educação entre as décadas de 70 a 90. A partir das transformações sociais, políticas, econômica a mudança de valores, a fragilidade da educação, a desvalorização dos profissionais provocou situações de desânimo na educação, resultada de políticas educacionais formatadas e despejada nas escolas sem um planejamento, sem a participação dos professores. O coordenador professor pedagógico surge em meios a essas inovações educacionais voltadas para projetos diferenciados, mudanças, porém sem nenhuma qualificação o que comprometeu o bom desempenho de sua função.

O coordenador foi fruto de um de uma concepção progressista, onde as novas formas de gestão escolar e processo ensino aprendizagem foram postas em prática. E hoje o coordenador convive com adversas condições de trabalho faltam as condições objetivas, formação técnica, materiais favoráveis, organização coletiva, entre outros fatores, prejudicando assim sua real função a de coordenar, planejar e acompanhar todo o processo didático pedagógico. Perante as dificuldades que o coordenador expressa no seu âmbito escolar principalmente quando se trata de recursos, isso dificulta suas ações.

Esse artigo está pautado nos princípios teórico-metodológicos do curso de pós-graduação *lato sensu* a distância pela Universidade Católica Dom Bosco e Portal da Educação, que objetiva integrar ensino e extensão na análise e na compreensão da coordenação pedagógica.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho se consolidou via pesquisa bibliográfica, em livros e revistas específicas que tratam da temática, procurando explicar e argumentar sobre o papel do coordenador dos Ceinfs e as dificuldades enfrentadas. Para fins de análise, utilizou-se a abordagem qualitativa, a qual propicia uma relação mais próxima entre pesquisador e as bases de informações, cuja escolha por esta abordagem se deu em função de que se achou como a forma mais adequada.

De acordo com Richardson (1989, p. 79), “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. E acrescenta que “o método qualitativo difere, em princípio, do quantitativo à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema [...]”.

Nos centros de educação infantil o papel do apoio pedagógico destaca ir além do conhecimento teórico, pois para acompanhar o trabalho pedagógico e estimular os professores é preciso percepção e sensibilidade para identificar as necessidades dos alunos e os professores, tendo que se manter sempre atualizado, buscando fontes de informação e refletindo sobre sua prática essa que deve ser além da sala de aula já que estamos pensando nas crianças de 06 meses a 5 anos. Percebe-se que o sujeito interfere no processo do conhecimento com a sua atividade, mas que é sempre preservada a objetividade do desenvolvimento da criança.

2 | OS ENTRELACES DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

As primeiras creches surgiram na Europa e nos EUA, e sua perspectiva história ao longo do tempo trouxeram para o Brasil muitas alternativas curriculares na Educação da infância a ser copiada. A palavra creche significa manjedoura, porque é específica para crianças muito pequenas, jardim infantil.

A LDB em 1999 reorganizou estas instituições em um novo sistema de ensino, válido também para aquelas creches e pré-escolas que eram responsáveis pela educação. Quando surgiu a creche no Brasil, já estava urbanizado com visão de longo prazo em preparar pessoas nutridas e sem doenças. No período 1900 com a preocupação em defesa das crianças, que eram abandonadas nas portas em grandes números, foi então construída a roda dos expostos. Onde mães, que na pobreza viviam sem ter condições de criar seus filhos deixavam na casa de Misericórdia. Em 1900 a 1930 as fábricas começavam a importar mão de obra imigrantes europeus, onde surgiu movimento operário que ocorria já na Europa, temidos pelos transtornos os empresários começaram a conceder benefícios aos empregados, criar vilas, clubes, creches e algumas escolas maternas.

Surgiram também grupos de mulheres filantrópicas e religiosas que criaram várias creches, em um desses grupos foi criado o instituto de Proteção e assistência à infância do Brasil, com sede no Rio de Janeiro. Em 1919 criaram o Departamento da Criança,

onde a responsabilidade passava a ser do Estado. Já 1922 surgiram o primeiro congresso Brasileiro de Proteção à infância, cuja função das creches era combater a pobreza e a mortalidade infantil, atender os filhos de trabalhadores e pregar a ideologia da família. Em 1930 a 1980 os cuidados das crianças já era defendido pelas autoridades governamentais, que na década de 1940 foi criado o departamento nacional da criança no ministério da Educação e saúde. Já em 1950 levantaram que a mortalidade infantil era devido à incompetência das mães para cuidar de seus filhos, discutiam as condições econômicas da família. Psicólogos comprovaram também que a criança precisava dos cuidados maternos, passou a valorizar estudos para aprimorar modelos de creches que se substitui a mãe.

Em 1980 definiram para o Brasil que a creche e a pré-escola eram direito e dever do estado em oferecer serviço, foi consolidada em 1990 -2000 sobre a importância educação voltadas para essa faixa etária. Os estudos também estão voltados para os profissionais que atuam nas pré-escolas e em creches, o MEC elaborou diversos documentos nacionais orientadores das ações para a educação infantil.

Na década de 60 e meados de 70, tem-se um período de inovação de políticas sociais nas áreas de educação, saúde, assistência social, previdência etc. A maioria das creches públicas prestava um atendimento de caráter assistencialista, que consiste na oferta de alimentação, higiene e segurança física. Os de congressos, da ANPEd e da Constituição de 88, a educação pré-escolar é vista como necessária e de direito de todos, além de ser dever do Estado e deverá ser integrada ao sistema de ensino (tanto creches como escolas). A partir daí, tanto a creche quanto a pré-escola são incluídas na política educacional, seguindo uma concepção pedagógica, complementando a ação familiar, e não mais assistencialista, passando a ser um dever do Estado e direito da criança. Esta perspectiva pedagógica vê a criança como um ser social, histórico, pertencente a uma determinada classe social e cultural.

Cada vez mais a Educação Infantil vem conquistando o reconhecimento público, e se tornando um instrumento valioso para o desenvolvimento da criança. Com esta transformação até as famílias que tem condições de prover atenção e cuidado a seus filhos na idade da pré-escola, começaram a buscar o atendimento em centros de educação, interessados na função educacional, mais que a assistencial.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9394 promulgam em dezembro de 1996, estabelece de forma incisa o vínculo entre o atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade. A Educação Infantil é considerada a primeira etapa da educação básica (Art. 5º capítulo II) tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, complementando a ação da família, e da comunidade.

A Prefeitura Municipal de Campo Grande, através da Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente – SEMCA assumiu as creches em 1982, era coordenada pelo gabinete da primeira dama, em convênio do PRONAV/LBA, quando foi implantada oficialmente a pré-escola no município de Campo grande. Em 1986 cria-se a Coordenação dessa etapa da

educação, adotando uma proposta pedagógica voltada ao desenvolvimento dos aspectos afetivos cognitivo, psicomotor, à socialização e à criatividade, além de objetivar um trabalho dirigido ao interesse da criança, respeitando suas experiências sociais e culturais.

Em janeiro de 1987 a então SEMCA, passou por um processo de reformulação, onde foram criadas outras secretarias bem como: SEMCA (Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente) e SEBEM (Secretaria de Bem do Menor), criando-se então a SAST (Secretaria de Assistência Social e Trabalho) com 43 centros de Educação Infantil, e 14 CEINFs de Organização Social, e foi criado a SAS (Secretaria de Assistência Social) que hoje executa cem (100) CEINFs tendo uma proposta de trabalho baseado no desenvolvimento sócio-psicopedagógico, com ações indissociáveis entre cuidar e educar. Em 2004 foram implantadas as salas de informática, com o objetivo de atender especificamente as crianças 0 a 5 anos de idade. Ao longo de sua história, a Educação Infantil foi sendo amoldada pelas concepções culturais, religiosas ou científicas sobre a criança, vigente em cada época. A Pedagogia se orienta pelos valores e verdades predominantemente na sociedade.

Para tanto, como ressalta o Referencial Curricular da Rede Municipal para Educação Infantil (2008):

Por isso as propostas pedagógicas devem ser organizadas em situações de aprendizagens e desenvolvimento que envolva as diferentes linguagens que a criança utiliza para expressar, interagir, elaborar e ampliar os conhecimentos, que passam pelas múltiplas relações que estabelece com a natureza e a sociedade, pelas múltiplas linguagens que ela expressa em situações variadas, pelas múltiplas interações que vivencia com seus pares e com os adultos que a cercam e que permitem (p.19).

Hoje sob luz da Ciência atual podemos analisar criticamente os enfoques pedagógicos do passado e dar-lhes nova direção, tendo a prudência de repensar o cunho assistencialista e preparatório que antes envolvia e ainda envolve algumas instituições. Começando a enxergar a educação infantil como um espaço de aprendizagem, onde as crianças podem e devem fazer relações e estabelecer conexões que as ajudarão ao longo de sua vida escolar tornando suas experiências acadêmicas cada vez mais prazerosas, por despertar o desejo de construir novos conhecimentos, aproveitando para testar as hipóteses que eles/elas levantam e que vão surgindo ao longo de sua vida escolar.

As crianças pequenas no âmbito nacional devem manifestar-se por meio das brincadeiras, interação social com crianças ou adultos, afetividade, auxiliando o desenvolvimento de sua identidade sociocultural no ambiente escolar e familiar tendo como mediadores os educadores de Educação Infantil e ainda pais ou responsáveis.

Cumprir a função social significa, que o Estado necessita assumir sua responsabilidade na educação coletiva das crianças, complementando a ação das famílias. No entanto as creches e pré-escolas constituem-se em estratégia de promoção de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres uma vez que permitem às mulheres

sua realização para além do contexto doméstico. Também cumprir função sociopolítica e pedagógica das creches e pré escolas implica assumir a responsabilidade de torná-las espaços privilegiados de convivência, de construção de identidade coletivas e de ampliação de saberes e conhecimento de diferentes naturezas, por meio de práticas que atuam como recursos de promoção da equidade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância.

2.1 Princípios da educação infantil

A Educação Infantil, apesar de ser considerada como a primeira etapa da Educação Básica, enfrenta muitos desafios, entre estes, estabelecer a sua própria identidade garantindo seus princípios, onde o cuidar e o educar não se desvinculem e o espaço educativo deve enaltecer o período de vida em que se encontra, ou seja, a infância das crianças deve ser cultivada, no processo educacional.

Partindo do princípio que o aprendizado impulsiona o desenvolvimento e que, portanto, a Educação Infantil tem a função de enriquecer e estimular o conhecimento da criança nos aspectos globais precisou repensar nossa prática baseando-se na perspectiva sócio-interacionista elaborada a partir das teorias de Jean Piaget e Vygotsky.

Nesse sentido, tais estudiosos tentaram mostrar que a capacidade de conhecer e aprender se constrói a partir das trocas estabelecidas entre a criança e o meio. Diante dos estudos o sócio-interacionista concebe o desenvolvimento como um processo dinâmico, pois o sujeito não é indiferente, mero receptor das informações que estão à sua volta. Através do contato com o seu próprio corpo, com as coisas do seu ambiente bem como através da interação com os outros, a criança vai desenvolvendo a capacidade afetiva, a sensibilidade, a autoestima, o raciocínio, o pensamento e a linguagem. A articulação entre os diferentes níveis do desenvolvimento (motor, afetivo e cognitivo) não se dá de forma isolada, e sim simultânea e integrada.

Assim sendo, a criança é quem está no centro do processo ensino-aprendizagem. Segundo Freire 2004, o educador é aquele que além de ensinar, aprende; e o educando é aquele que, além de aprender, ensina.

Neste contexto, a epistemologia genética Piagetiana contribuiu como um poderoso instrumento de compreensão do processo de desenvolvimento do conhecimento humano e por consequência à aprendizagem escolar. O conhecimento desta epistemologia, pelo menos na sua noção básica, possibilita ao professor compreender tal situação, adequar-se a ela, não utiliza-la ou prejudicá-la ou, nem mesmo, acelera-la.

E por falar em construção queremos ressaltar o que o grande educador Paulo Freire, na sua visão crítica e perscrutadora, sobre os caminhos da educação denunciava que a escola tradicional formava alienados e ingênuos, acomodados e passivos. Ele batalhava por uma nova escola, que inserindo o educando no mundo formasse sua consciência crítica, humanizando e tornando-o cidadão.

A ação educativa, mormente através da metodologia usada deve permitir que as pessoas sejam agentes do próprio processo educativo, construam o seu conhecimento em parceria com as outras pessoas, assim se favorece a formação de pessoas conscientes de sua limitação, mas também, de sua capacidade de libertar-se, capazes de criar realidades novas e construir uma sociedade mais justas e mais fraterna.

Para tanto, é necessária uma metodologia dialética em contra posição a metodologia expositiva. A metodologia dialética entende o homem como um ser de relações que constrói seu conhecimento em relação com o outro e com o mundo.

Sendo assim, o Referencial Curricular para Educação Infantil (2008) afirma:

A Educação Infantil, como constituidora de saberes e cultura vêem a criança como sujeita, e como ponto de partida para o trabalho que articula cuidado e educação. Nesse contexto a Educação Infantil torna-se parte do processo do conhecimento rico e intenso vivido pela criança e interação com a realidade. Assume-se que ela está construindo conhecimento e essa construção é essencialmente coletiva, pois, nesse espaço se reúnem sujeitos diversos com informações, realidades e curiosidades diferentes que interagem entre si e com a professora, que também traz suas experiências e conhecimentos e se apropriam dos conhecimentos que se revelam pertinentes ao grupo (p.20).

Deste modo, compreende-se que o saber escolar supõe uma base de confiança de interesse mútuo, que gera um ambiente novo. A confiança contribui para facilitar a aprendizagem da criança, encontrar respostas válidas ao sentido de sua vida.

A aquisição do conhecimento, entretanto, no interior da Educação Infantil passa pelo contexto em que vivemos e não é possível pensar em aprendizagem puramente objetiva descontextualizada da criança.

Sabemos que a criança em contato com diferentes contextos e situações, se apropria destes e, lhes dão novos significados, ela dá significado aos conhecimentos novos, ressignifica seus aprendizados anteriores, cria novas hipóteses e constrói novas histórias.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998) tratando sobre esta questão, apresenta a criança como sujeito histórico e social; com capacidades próprias de agir e pensar o mundo, um sujeito que utiliza diferentes linguagens no processo de construção do conhecimento, sendo a aquisição deste um trabalho de criação, significação e ressignificação.

Assim afirma-se, a concepção de criança no Referencial:

A criança como todo ser humano é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. É profundamente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também o marca. (1998, p. 21-22).

Os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006) lançado após o RCNEI o referendam, tratando-se da concepção de infância que

apresentamos acima. Este documento objetiva estabelecer padrões de referência em termos da qualidade da educação infantil, é um documento orientador para o sistema educacional, no que tange a organização e funcionamento das instituições de Educação Infantil. Ali constam que:

As competências dos sistemas de ensino e a caracterização das instituições de educação infantil a partir de definições legais, entendendo que um sistema educacional de qualidade é aquele em que as instâncias responsáveis pela gestão respeitam a legislação vigente. (2006, p.10).

Outro documento é a Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação (BRASIL, 2006) que tem por finalidade fornecer subsídios para um processo democrático de implementação das políticas públicas para as crianças de zero a seis anos.

Este documento defende a concepção de criança como criadora, capaz de estabelecer múltiplas relações, sujeito de direitos, um ser sócio histórico, produtor de cultura e nela inserido.

3 | O TRABALHO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NOS CEINFS

O trabalho pedagógico deve ser orientado, um boa proposta pedagógica e a execução do mesmo é a intenção e a certeza de que os CEINFs e seus profissionais realizem um trabalho de qualidade desde das cozinheira até os guardas. Ele será o resultado de reflexões e questionamentos de seus profissionais sobre o que se pretende desenvolver. Visando, a inovação da prática pedagógica da dos CEINFs para elevar a qualidade do ensino das crianças que mesmo ainda tão pequenas necessita das explorações das experiências no âmbito do desenvolvimento.

A LDB no seu Art.29 afirma: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Lembrando que os CEINFs devem trabalhar a educação, de maneira a ajudar de forma intencional, planejada e contínua para as crianças que a frequentam.

Deve, portanto, assumir explicitamente o compromisso de cuidar e educar as crianças dentro dos princípios democráticos.

As ações do coordenador e de colaborar para o fortalecimento das relações entre os professores e educadores; organizar o produto da reflexão dos professores, do planejamento, dos planos de ensino e da avaliação da prática; arranjar as rotinas pedagógicas de acordo com os desejos e as necessidades de todos; e ligar e interligar pessoas, ampliando os ambientes de aprendizagem.

Diante da tarefa ardua do dia a dia do CEINF o professor coordenador precisa reestimular os docentes envolvidos com maus resultados para o compromisso de tentar

novas formas de trabalho capazes de alterar os rumos do processo. Para que isso aconteça será preciso acompanhar essas ações em sala de aula na qual esse docente desenvolve suas atividades com as crianças e faça uma devolutiva dialogando com o docente e reavaliando e replanejando novas ações.

Os CEINFs precisam ser um espaço de práticas sociais em que os sujeitos não só entrem em contato com valores determinados, mas também aprendam a estabelecer hierarquia entre valores, ampliam sua capacidade de julgamento e realizam escolhas conscientes, adquirindo habilidades de posicionar-se em situações de conflito.

Baseado na especificidade da Educação Infantil, quem media o processo de aquisição e construção do conhecimento é o professor. Um profissional habilitado e comprometido que proporciona situações de aprendizagem e desafios, auxiliando as crianças a ampliar as linguagens que usa para representar e exprimir sua forma de compreender o mundo. É importante que, o professor de Educação Infantil tenha uma atuação promotora da aprendizagem e do desenvolvimento das crianças, no sentido de lhes garantir o direito à infância e um dos caminhos pelo qual a criança compreende o mundo é pela brincadeira. As maiores aquisições de uma criança são conseguidas na brincadeira, aquisições que no futuro tornar-se-ão seu nível básico de ação.

3.1 A organização curricular da educação infantil

O currículo na Educação Infantil poderá ajudar a organizar e direcionar a tomada de decisões e procedimentos, apresentando situações para que as crianças possam desenvolver suas capacidades, vinculadas à aprendizagem de saberes culturais que lhes permitem conhecer o mundo que as envolvem. Neste sentido, para que o currículo seja coerente para as crianças, precisa estar conectado às suas experiências atuais considerando suas aspirações e interesses.

Partindo de um currículo coerente reconhece a ambiguidade e respeita a diversidade, que é a forma como o organizam e proporcionam sentidos as coisas a partir das suas próprias experiências, promovendo as crianças vivenciar e experimentar, esse envolve o professores destacar seus planos anuais no encaminhamento de um visão dialética com o coordenador.

Moreira e Candu (2006 p.86) definem currículo “como as experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, meio a relações sociais, e que contribuem para a construção de identidades de nossos (as) estudantes. Currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvimento com intenções educativas”.

A partir dessas discussões e definições conceituamos currículo na Educação Infantil como um conjunto de experiências culturais de cuidado e educação, relacionados aos saberes e conhecimentos intencionalmente selecionados e organizadas pelos profissionais de um CEINF, para serem vivenciadas pelas crianças, na perspectiva de sua formação humana. É um dos elementos da proposta pedagógica, devendo ser norteado pelos pressupostos que orientam e se articula com os demais elementos nela definidos,

Outro importante aspecto que se destaca como especificidade do desenvolvimento das crianças pequenas é a apropriação gradual das múltiplas linguagens, que são sistemas simbólicos construídos pelos homens para se expressarem e compartilharem significados no seu meio social. Assim, a partir das interações estabelecidas com outros sujeitos da cultura, elas desenvolvem a função simbólica, que é a capacidade especificamente humana de representar o mundo por meio de signos e *Trecho retirado do 2º capítulo do livro “Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica” de Fátima Salles e Vitória Faria Editora Ática, 2012, 2ª edição (no prelo). símbolos. Por meio dessa capacidade, as crianças passam a agir sobre o mundo não apenas por meio da ação física, mas também pela ação simbólica, representando objetos ou situações que estão ausentes. Nesse sentido, num processo determinado pela interação entre o cultural e o biológico, ocorrem, nesse período, transformações marcantes no desenvolvimento das crianças: de sujeitos que se comunicavam apenas por gestos e vocalizações sonoras, elas passam a compartilhar significados por meio de palavras-frase e chegam a construir narrativas mais estruturadas, por meio das quais conseguem falar do passado ou do futuro, além de estabelecerem relações causais entre os fatos; de movimentos difusos, as crianças vão se apropriando de gestos, posturas e ritmos próprios de sua cultura; de bebês que apenas exploravam seu corpo e as características físicas dos objetos, passam a transformar uma coisa em outra, usando a imaginação nas brincadeiras de faz-de-conta; de rabiscos involuntários, passam a representar suas ideias e sentimentos, cada vez de maneira mais estruturada, por meio do desenho ou de outras formas de linguagem plástica; se têm acesso ao mundo letrado, começam a se apropriar das funções sociais da linguagem escrita, de seus diversos gêneros textuais e de seu sistema de representação.

Dependendo das condições concretas de existência das crianças, as experiências que vivenciam serão diferentes, por exemplo: as brincadeiras dos meninos e meninas que vivem na zona rural não são as mesmas dos que vivem em apartamentos localizados na região urbana de uma grande cidade. Essas experiências irão também se diferenciar em função das formas como serão estabelecidas as relações eu-outro, isto é, quanto maior for a afetividade que as permeia e o espaço para as diversas manifestações das crianças, mais possibilidades essas relações terão de se enriquecer e de contribuir na construção da autonomia, na autoconfiança e na capacidade de cooperar desses sujeitos. Assim, quanto mais ricas as experiências alicerçadas em relacionamentos sociais, mais possibilidades as crianças terão de ampliar seus conhecimentos e de se desenvolver. Ao se relacionar harmoniosamente com a natureza, ao se apropriar dos saberes da cultura e transformá-los, as crianças irão se desenvolver física e afetivamente, bem como do ponto de vista cognitivo - linguístico, social, ético e estético, construindo sua identidade, autonomia e formando-se como cidadãos.

Então que seja necessário que tenha clareza, além daqueles que lhe devem ser assegurados fora do espaço escolar, a Instituição de Educação Infantil deve possibilitar às

crianças a vivência de alguns direitos, tais como o de ver atendidas as suas necessidades básicas de sono, alimentação, higiene, saúde, proteção, bem como a garantia do direito de desenvolver as múltiplas linguagens, de brincar, de ter contato com a natureza, de se movimentar, de ter acesso aos saberes, práticas, produções culturais e ao conhecimento sistematizado.

3.2 Plano de trabalho do coordenador

Logo no início o primeiro passo é montar um bom plano de ação, onde as ações devem ser coordenadas e flexíveis de acordo com a realidade de cada CEINF, estimular o trabalho em equipe, lembrar que temos um novo papel ou seja nosso trabalho deve ser voltado para orientação e cobranças de resultados satisfatório do desenvolvimento e aprendizagem da crianças. Sendo que o coordenador deve visar sua de mobilizar os colegas a desenvolver um trabalho de equipe, pois essa é uma condição essencial para a melhoria do fazer pedagógico em sala de aula principalmente criar um elo entre o professor e a sua recreadora do qual irá auxiliar nas atividades pedagógicas, deixar claro os objetivos e as funções de cada uma na sala sempre destacando o cuidar e educar são indissociável no contexto da educação infantil, rememorando o compromisso assumido na elaboração do Projeto Pedagógico e do “Plano anual do currículos da educação infantil”.

Acompanhar o processo de aplicação dos conteúdos planejados, não só baseá-lo no registro existente nos diários, mas também o acompanhamento dos cadernos de planejamentos fazendo as ressalvas de sugestões de atividades que venha de encontro com cada realidade das turmas assim exigida. Considerando as visitas em sala para assim acompanhar o desenvolvimento dos docentes nas suas práticas. Essa prática não é um procedimento fácil na maioria das vezes é considerado como fiscalização, por isso deve ser programado com os professores com o intuito de observar o lado positivo e negativo do andamento das aulas de forma que o docente entenda que a educação infantil e um processo de aprendizagem tanto para o coordenador quanto para o professor que dispõe a aprender cada vez mais.

Essa perspectiva implica uma nova compreensão sobre o perfil do professor como aquele profissional que, como qualquer outro, reflete sua prática. Pode-se pensar aqui em um pesquisador que constrói conhecimento compartilhado não apenas entre as crianças com as quais trabalha, como também entre ele e as crianças. Isso envolve um processo de sustentação de relações interpessoais e da cultura que a criança traz consigo que se dá por meio da criação de ambientes e situações que promovam desafios e questionamentos sobre as imagens que ele (o professor) possui tanto da criança como da sua própria compreensão dos significados da Educação Infantil. Em outras palavras, trata-se de facilitar e mediar a aprendizagem das crianças, mas também de aprender com elas (MOSS, 2005).

A elaboração da proposta pedagógica destina ao coordenador que deve se juntar com sua equipe para assim, pensar e repensar nos objetivos da proposta e nos quais

querem para sua instituição. Nesse sentido ressalta a importância da proposta pedagógica no seguimento de Oliveira (2002, p. 64):

[...] construir uma proposta pedagógica para a creche implica em optar por uma organização que garanta o atendimento de certos objetivos julgados mais valiosos do que outros. Ela é elaborada a partir de uma reflexão sobre a realidade cotidiana da criança, o meio social onde seus pais, e ela mesma vivem. Não pode ignorar os desejos, necessidades e conflitos destas populações. Na formulação de seus objetivos, ela tem que discutir seu papel político em relação à população atendida, dado que, através de sua ação a creche pode ser mais conservadora ou transformadora de papéis, atitudes, conhecimentos, representações.

Os profissionais da educação infantil ao repensar na proposta pedagógica devem levar em conta que os contextos educativos retratam os assuntos da vida cotidiana das crianças e suas especificidades, caracterizando elementos importantes da lógica infantil. Possibilitam a compreensão de questões que envolvem a vivência da infância no contexto atual, ou seja, trabalhar suas experiências no âmbito dos conhecimentos e esse deve estar no plano anual do professor.

Assim como parte da função do coordenador o acompanhamento dos projetos da instituição que a equipe pretende desenvolver no decorrer do ano. O projeto destina favorecer a criação de estratégias para resolver um problema proposto, levantar algumas hipóteses referentes a um determinado tema, pesquisar sobre um assunto eleito pelo grupo, enfim, levar o grupo a buscar o que lhe é significativo.

A função básica dos projetos Segundo Hernandez (1997 p.184) é:

Favorecer a criação de estratégias de organização dos conhecimentos em relação ao tratamento da informação e a relação entre os diferentes conteúdos em torno dos problemas ou hipóteses que facilitem as crianças, no que diz respeito à construção de seus conhecimentos. Poderá organizar-se seguindo um eixo, a definição de um conceito, um problema geral ou particular, um conjunto de perguntas inter-relacionadas, uma temática a ser tratada por ela mesma.

Diante do trabalho do coordenador na Educação Infantil, conseqüentemente, ao conhecimento necessário para o exercício de suas funções, a outra questão que concerne ao tipo de perfil que professores da Educação Infantil consideram necessário para se trabalhar nessa etapa da educação. Sejam professores enfatizados pelo gostar de crianças que tenha conhecimentos específicos da área (sobre a criança, o desenvolvimento infantil, a brincadeira como recurso pedagógico). Que veja a criança como criança que necessita do brincar, do cuidar e do afeto.

Para esclarecer, o que se organiza com as crianças entre o horário de chegada e o de ir embora, não se define por si mesmo. As formas de organização dos tempos, dos espaços, dos materiais, dos equipamentos, dos procedimentos durante situações específicas, enfim, a programação do dia-a-dia é definida a partir das decisões dos

adultos, as quais devem ser encaminhadas considerando os anseios, manifestações e necessidades das crianças, sendo que elas têm direitos a escolhas e de serem respeitadas em suas preferências individuais, garantindo que todas sejam ouvidas com atenção suas explicações, respeitando a estética nas produções, a expressão de seus sentimentos e pensamentos.

Os profissionais da Educação Infantil precisa reconhecer que a criança desde que nasce é capaz de agir, interagir, de produzir cultura e de ser sujeito de direitos e deveres. Para melhor compreender esta questão, bem como seus interesses e necessidades, permite enfocar diversas linguagens do conhecimento em uma abordagem globalizada, privilegia o olhar da criança, sua expressão e questionamentos, baseando-se em situações e assuntos significativos de acordo com as turmas que estão inseridas desde o berçário até a pré escola.

Nesse processo formação continuada em reuniões pedagógicas estar direcionando estudos para o aperfeiçoamento dos docentes selecionando textos, normalmente os que tratem de metodologia para o desenvolvimento dos conteúdos, podendo ser oferecido tanto quanto possível material para a leitura do grupo apresentação de vídeos com que venha contribuir para as práticas educativas tanto dos professores quanto dos educadores.

Acompanhar e analisar os instrumentos de avaliações, sendo que na educação infantil a avaliação cumpre o importante papel de oferecer elementos para que os professores conheçam melhor às crianças com as quais trabalham suas características pessoais e grupais, suas emoções, reações, desejos, interesses e modos pelos quais vão se apropriando da cultura na qual estão inseridas, transformando-a. Também tem a importante função de contribuir para que os laços com as famílias sejam estreitados e para que aqueles que trabalham com as crianças, em diferentes momentos de suas trajetórias nas instituições, troquem informações, visando o bem-estar, conforto e segurança dos pequenos.

Avaliar é, portanto, o exercício diário na educação infantil compete ao docente esse olhar no processo do desenvolvimento da criança. Visto que o coordenador deve estar sempre atento nos termos que o professor usará para registrar desse processo e quais serão os instrumentos que utilizará.

Nessa ótima cabe ao coordenador estender perante a prática educativa no âmbito da educação infantil, um compromisso pessoal e social e comprometimento com a equipe para que seu trabalho seja concretizado em uma gestão participativa resultando na formação das crianças em desenvolvimento.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos realizados destaco as abordagens nesse artigo afirmando que a coordenação pedagógica tem um papel fundamental na realização do fazer pedagógico no espaço dos centros de educação infantil.

Diante da responsabilidade de um coordenador pedagógico, posso afirmar depois de todos os estudos a qual foi realizado durante o curso de especialização de coordenação o papel desse profissional é fundamental para o bom desenvolvimento da aprendizagem escolar, afirmo ainda, que dentro de um Ceinf o coordenador pedagógico é a pessoa importante para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Levando em consideração minha experiência como professora da educação infantil e como coordenadora no centro de educação infantil é fundamental ressaltar a importância da Educação Infantil porque é nesta etapa que as crianças desenvolvem-se no meio onde estão inseridas nos diferentes aspectos: cognitivo, social, psicológico e emocional de forma quantitativa e qualitativa. Os vários aspectos e dimensões do desenvolvimento não são áreas separadas e para isto é fundamental considerarmos a infância como um todo, ampliando suas experiências e conhecimentos estimulando seu interesse pelo processo de transformação pelo convívio em sociedade e o papel primordial do brincar.

Cabendo o professor proporcionar momentos lúdicos envolvendo as crianças em todos os espaços do CEINF. Esse é destaque que como coordenadora, exijo da equipe com a qual trabalho.

É importante que o coordenador Pedagógico conheça plenamente o seu espaço de trabalho, compartilhe ideias e conhecimentos, construa o seu papel na CEINF, tornando-se assim, a ligação fundamental, traçando o seu caminho transformador, formador e articulador. Certamente que a inexistência de respostas prontas, acabadas e definitivas fazem com que o trabalho pedagógico do coordenador seja uma reelaboração e reestruturação desses caminhar junto com sua equipe.

Assim, o coordenador estabelece as relações interpessoais nos CEINFs ao desenvolver as múltiplas atividades que caracterizam a sua função. É necessário que a ação educativa seja planejada, articulada com os sujeitos e o coordenador pedagógico figure como mediador de formas interativas de trabalho, em momentos de estudos, proposições, reflexões e ações.

Nesse caminhar faz se necessários os estudos contínuos tanto do coordenador, quanto os envolvidos como as recreadoras e as professoras para assim melhorar o desempenho de seus trabalhos diários.

Em síntese, os centros de educação infantil consistem em proporcionar as crianças à possibilidade de desenvolver suas criatividade, fantasias e apropriar-se o desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor, despertando a criança a curiosidade de ampliar suas linguagens.

Portanto os desafios dos coordenadores são constantes e emerge na sua função diária, nesse sentido faz se necessário os registros que possibilita também focalizar a percepção quanto ao exercício da sua função, seus dilemas, suas expectativas, suas ações para que não se limite na rotina do dia a dia.

Concluo que tanto como o coordenador dos Ceinfs como os demais profissionais destacam papel importante para que garantam o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças que estabelecem na instituição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC/SEF. **Referencial Curricular para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. 1991.

CANAU, V. M. F.; MOREIRA, A. F. **Currículo, conhecimento e cultura. Documento em versão preliminar, 2006**

FERNANDEZ, Alicia. **A inteligência Aprisionada**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

FREINET, Celestin. **A pedagogia do bom senso**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Ed. Paz e Terra. São Paulo, 1996.

HERNANDEZ, F.; VENTURA, M.. **A Organização do Ensino por Projetos de Trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

KRAMER, Sonia et al. **Infância e educação infantil**. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL LEI Nº 9394, DE 1996.

MOSS, P. **Reconceitualizando a infância: crianças, instituições e profissionais**. In: MACHADO, M. L. A. (Org.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 235-248

OLIVEIRA, Z. Et.al. **Creches: crianças, faz de conta & Cia. Petrópolis RJ: Vozes, 2002**

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989

REFERENCIAL CURRICULAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA A EDUCAÇÃO INFANIL – Secretaria de Educação de Campo Grande/MS- 2008.

VEIGA, Ilma P. A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva** In: VEIGA, Ilma P. A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1996.

VIGOTSKY. L.S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins fontes, 1984.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem Emancipatória 90, 91, 93

Agentes 24, 34, 36, 56, 58, 62, 66, 67, 68

Alfabetização “Não-Escolar” 1, 4, 15

Aprendizagem 12, 13, 14, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 53, 58, 60, 67, 85, 91, 92, 94, 96, 97, 99, 100, 139, 140

B

Burocracia de Médio Escalão 33, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 50, 51, 54, 55

C

Carreira Militar 116, 120, 121

CBAI 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Compartilhamento 69, 71, 73, 74, 76, 96, 99

Conhecimento 5, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 20, 23, 24, 26, 28, 29, 30, 32, 35, 38, 40, 44, 45, 46, 47, 50, 52, 63, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 83, 88, 93, 97, 103, 118, 122, 135, 140, 142, 143, 145, 147, 156, 160, 161, 177, 181, 186, 189, 191, 200

Coordenação 18, 19, 21, 30, 31, 41, 42, 61, 72, 73, 82, 133

D

Desenvolvimento 4, 14, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 34, 39, 40, 48, 50, 52, 57, 60, 69, 71, 74, 76, 77, 78, 84, 86, 91, 92, 94, 96, 99, 102, 103, 115, 120, 129, 136, 137, 139, 142, 145, 147, 153, 156, 160, 161, 164, 166, 167, 169, 175, 179

E

Economia 4.0 77, 78, 85, 86, 87

Educação 1, 2, 5, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 38, 39, 42, 45, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 77, 90, 92, 93, 99, 100, 101, 102, 103, 113, 114, 149, 158, 176, 191, 192, 215

Educação Física Escolar 101

Educação Infantil 18, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32

Educação Profissional 42, 52, 67, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87

Educação Sexual 90, 91, 92, 93, 98, 99, 100, 157

Empoderamento 84, 120, 166, 167, 168, 172, 175

Ensino Industrial 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Epistemologia Qualitativa 90, 93

F

Forças Armadas 116, 117, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130

G

Gênero 3, 91, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 125, 128, 129, 130, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 160, 164, 166, 167, 168, 169, 171, 173, 175, 176, 215

Gerações 62, 131, 132, 133, 136, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 146, 148, 164, 195

Gerentes 55, 131, 132, 133, 135, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146

Gilbert Durand 184, 185, 189, 190, 191

H

Homossexualidade 104, 153, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 171, 173

I

Iconoclastia 184, 185, 186, 189, 190, 191

Identidade Profissional 131, 132, 134, 135, 140, 141, 145

IFES 33, 34, 35, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53

Igualdade de Gênero 116, 125

Imaginário 184, 185, 188, 189, 190, 191

Implementação 14, 25, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 69, 147, 155

L

Lutas Identitárias 159

M

Migrantes 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

Modernidade 16, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 160, 163, 189, 190, 193, 195, 198, 203

Mulheres 3, 5, 20, 22, 91, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 140, 143, 144, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 162, 166, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 205, 208, 211

N

Narrativas 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 27, 55, 189

O

Organização 1, 4, 5, 8, 12, 19, 22, 24, 25, 26, 29, 32, 39, 46, 60, 61, 67, 69, 71, 72, 73, 74,

75, 79, 88, 122, 130, 133, 134, 135, 139, 142, 143, 144, 145, 171, 173, 174, 179

P

Política Pública 33, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 45, 54, 156

R

Raízes Pré-Históricas 159

Reconhecimento 8, 14, 21, 38, 98, 103, 113, 122, 150, 153, 154, 159, 165, 176, 183

Relação 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 18, 20, 24, 29, 35, 37, 46, 51, 60, 71, 77, 78, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 118, 119, 138, 140, 142, 143, 145, 154, 155, 157, 159, 162, 166, 167, 168, 172, 175, 178, 179, 180, 189, 192, 193, 194, 196, 198, 199, 201, 202, 212, 213

Religião 134, 151, 162, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 184, 185, 186, 190, 191, 198, 200, 201, 202, 204

S

Saúde 11, 21, 28, 54, 55, 58, 62, 100, 102, 113, 122, 125, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 175, 179, 207, 208

Sexualidade 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 113, 114, 115, 119, 121, 129, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 168, 169, 173, 174, 181

T

Tecnologia 45, 70, 72, 73, 74, 77, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 137, 147, 150



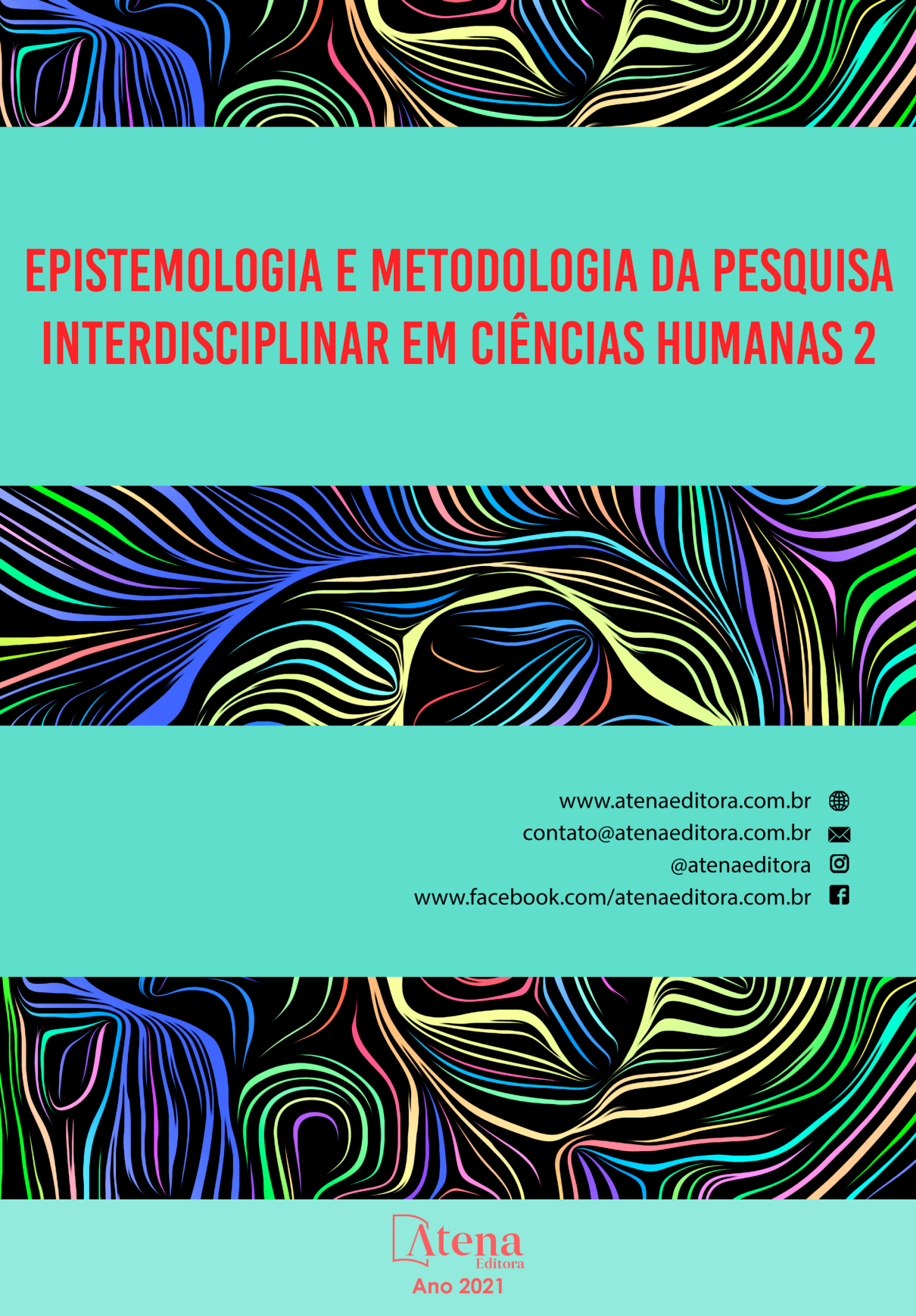
EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 